

## RESENHA: THEORY OF ACCOUNTING AND CONTROL

## RESEÑA THEORY OF ACCOUNTING AND CONTROL

**SHYAM SUNDER**

*Ohio, International Thomson Publishing, 1997, 212 p.*

**POR ANDRÉ CARLOS BUSANELLI DE AQUINO**

*Professor Pesquisador da FUCAPE*

*aaquino@usp.br*

Apesar da crescente aplicação de teorias econômicas contratuais na pesquisa internacional em contabilidade, tal abordagem ainda não foi amplamente difundida no Brasil, daí a resenha de um livro que pode parecer não tão contemporâneo, mas que ainda o é para a maior parte da academia nacional em Contabilidade.

O professor Eliseu Martins, no editorial da Revista de Contabilidade e Finanças, de setembro de 2005, expõe que as visões normativa e positiva da Contabilidade se complementam, ou seja, a prescrição do “como mensurar” não está dissociada do estudo das razões pelas quais firmas e governos escolhem uma ou outra técnica, por vezes, aquela que parecia a menos razoável aos olhos da academia. O livro de Sunder consegue fazer a ligação dessas vertentes e, ainda, nos dá uma boa introdução das possibilidades que advêm do reconhecimento de que a Contabilidade, incluindo seus instrumentos e conceitos fundamentais, é moldada por forças econômicas, e que a informação contábil atua na geração de equilíbrio das transações de mercado ou internas às firmas. No termo usado pelo autor, a informação contábil é a “cola da organização”.

Como mencionado no prefácio da obra, o livro partiu de notas de aulas condensadas pelo autor ao longo de 14 anos. Shyam Sunder, Phd. em Administração Industrial na Universidade Carnegie Mellon, atualmente professor na Universidade de Yale, teve influências de Robert Kaplan e Yuji Ijiri. Já presidiu a *American Accounting Association* e vem contribuindo para a teoria contábil e para a economia experimental.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, é apresentada a abordagem contratual da firma e suas implicações na informação contábil. A segunda trata da aplicação dessa

abordagem nas transações entre os diversos agentes da firma; e a terceira trata do impacto da atuação do governo e das suas instituições na Contabilidade.

O autor parte das proposições de Adolph Berle, Gardiner Means, Richard Cyert, Herbert Simon, Chester Barnard e Ronald Coase para, nos capítulos 1 e 2, colocar as bases da teoria contratual da Contabilidade. Na abordagem da teoria contratual da firma, já difundida nas ciências das organizações e na microeconomia, a firma é um conjunto de contratos entre agentes, uma ficção jurídica formada por uma complexa malha contratual que define os resíduos esperados por cada um dos agentes envolvidos. Sunder classifica os agentes em 6 grupos distintos, segundo o recurso oferecido e o que esperam em troca. São eles: consumidores, empregados, auditores, credores, acionistas e governo. Os pressupostos da racionalidade do agente de Herbert Simon, assim como a condição de informação assimétrica das teorias contratuais, são assumidos na abordagem.

Na segunda parte do livro, nos capítulos 3 a 8, Sunder discute a implicação da informação contábil em cada tipo de relação contratual, ou seja, incentivos e insumos típicos aos 6 grupos de agentes.

Um funcionário aceita um determinado emprego em uma empresa, pois sem o emprego ele teria um bem-estar menor, e nenhuma outra possibilidade antecipada por ele viria a superar o bem-estar esperado nesse emprego, ou seja, a decisão ocorre pelo custo de oportunidade. Ele é contratado para colocar suas habilidades e esforços criativos em prol de uma equipe e, em troca, recebe salários, bônus e benefícios não-pecuniários. Já os clientes recebem um conjunto de atributos de produtos e serviços relacionados a sua compra e entregam títulos de crédito ou moeda em espécie à empresa. Acionistas empregam capital em troca de direitos de decisão e dividendos, na expectativa de remunerar seu capital em determinado tempo. Os gerentes estão no comando, pois a eles foram delegados, pelos proprietários, direitos de decisão sobre alocação dos recursos.

A tarefa dos gerentes é aplicar os recursos de forma a manter o equilíbrio dessa complexa malha de relações, o que inclui remunerar os diversos grupos de agentes de forma a compensá-los por abrir mão de outras alternativas de relacionamento. Assim, a renda gerada pela empresa é distribuída entre tais agentes, sendo um deles o Principal, proprietário do resíduo. Quando esse resíduo se torna negativo e não existem indícios de que esse ocorrido seja pontual ou temporário, os participantes criam expectativas sobre mudanças ou finalizações de seus contratos em um futuro não tão distante. Assim, maximizar esse resíduo é condição para a continuidade do negócio.

Onde entra a contabilidade? Entra informando os insumos ofertados por cada agente, convertendo-os em uma base econômica comum e mensurando o desempenho da firma, com o fim de distribuir partes desse desempenho a cada agente, segundo as expectativas contratadas, contribuindo para a estabilidade e a continuidade das relações.

A relação com controle é quase imediata. Para o autor, controle é alinhamento de comportamento do agente com o desejado pelo Principal e inclui quatro funções: (i) mensurar a contribuição (insumos) de cada agente; (ii) mensurar a recompensa recebida pelo mesmo; (iii) comparar insumos com recompensas recebidas e distribuir informação aos vários participantes; e (iv) prover alguma informação de forma pública, gerando negociação de contratos. As três primeiras funções estão relacionadas com incentivos dados aos agentes, dado um monitoramento do desempenho, ou seja, mensuração, como base crível para punição ou recompensa.

Destaca-se que mensurar custos implica distribuir eficiência, ou a falta de eficiência, entre centros de responsabilidade. Assim, a escolha de bases de rateio, direcionadores de custo e outras métricas altera o desempenho mensurado, podendo afetar a avaliação, a remuneração variável e impactar a superação do custo de oportunidade do agente. Contudo, a informação sobre custo de oportunidade não é compartilhada por todos (*non-common knowledge*), não está contida nas informações contábeis, portanto o gerente não anteciparia certos movimentos dos agentes. Um cliente mudando de marca, um funcionário mudando de emprego e um acionista mudando suas posições são exemplos de fim da relação pelo custo de oportunidade.

No capítulo 5, Sunder expõe que o lucro dificilmente irá refletir a realidade física, pois os gerentes não têm incentivos para assumirem uma posição neutra em relação ao lucro. Esse risco moral seria reduzido pela quarta função do controle. Ao tornar pública a informação contábil, esta preenche contratos com agentes externos, alterando os incentivos dos gerentes. Isso é possível pela padronização e coerção desse padrão, viabilizando que agentes externos à firma antecipem o desempenho da firma e a sua propensão em cumprir contratos, pois, se cada empresa tivesse um padrão contábil, toda contraparte a ela teria custos de conversão para seu padrão particular.

Nos capítulos finais, Sunder expõe as práticas contábeis subordinadas a um conjunto de postulados, princípios e doutrinas como convenções aceitas pela maior parte dos agentes econômicos ou impostas pelo Estado como coordenador central. Para o autor, a convenção que apenas reduz custo de readequação de informação (ex. débito e crédito, representados à direita e à esquerda em alguns países), difere de outras convenções que vão além, alterando as escolhas dos agentes (ex. conservadorismo). O conservadorismo altera o conteúdo informacional, gerando a certos grupos de agentes (investidores, auditores, etc.) maior ganho potencial sob essa condição.

Os impactos econômicos da uniformização são também tratados. A sumarização e a agregação das transações em categorias de eventos, como base da mensuração contábil, geram perda de conteúdo informacional. Por outro lado, quanto menor uniformização, mais complexas e diversas serão as regulamentações contábeis e as interpretações de gerentes e auditores. Destaca ainda o impacto da coerção da norma-

tização tributária nas escolhas contábeis não-reguladas, como nas técnicas de custeio para fins gerenciais.

O último capítulo do livro trata das organizações governamentais ou sem fins lucrativos. Essas, pelo fato de em sua formação não alocarem os direitos sobre a distribuição do resíduo para um conjunto particular de proprietários, o papel do orçamento, o regime de competência no reconhecimento de receitas, entre outros aspectos, assumem condições particulares e dessa forma alteram incentivos e o conteúdo da informação demandada.

Enfim, Sunder apresenta uma visão ampla das forças que dirigem as decisões contábeis dentro da firma, nos diversos mercados, incluindo o de capitais, e na interação entre firmas, governo e órgãos reguladores para criar e dar coerção às convenções.